

PROMOÇÃO DA SAÚDE, PODER LOCAL E SAÚDE DA FAMÍLIA: ESTRATÉGIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS LOCAIS SAUDÁVEIS, DEMOCRÁTICOS E CIDADÃOS - HUMANAMENTE SOLIDÁRIOS E FELIZES

Health promotion, Local Power and Family Health: strategies for the construction of healthy local places, democrats and citizens - humanely united and fortunate

Neusa Goya

Assistente Social, Especialista em Sistema Local de Saúde, Assessora Técnica da Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia de Sobral e do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Ceará

sinopse

A partir da Constituição Brasileira de 1988, o município é fortalecido enquanto espaço local privilegiado para a vivência de processos políticos democráticos e para o desenvolvimento de políticas públicas que respondam, plenamente, as necessidades de seus cidadãos. Nesse contexto, é fundamental o estabelecimento de estratégias que venham a contribuir com a formação de cenários políticos favoráveis ao desenvolvimento local e ao bem estar integral do indivíduo. O presente artigo, além de discutir as temáticas do espaço e do poder local, reafirmando sua relevância atual, propõe que estratégias como a Promoção da Saúde e o Saúde da Família sejam implementados no município, por apresentarem grande potencial de transformação das relações e da constituição do poder local em prol da construção de espaços locais saudáveis, democráticos e cidadãos, humanamente solidários e felizes.

palavras-chave

Espaço local; poder local; desenvolvimento local; estratégia saúde da família; promoção da saúde.

abstract

From the 1988 Brazilian Constitution, the municipal is strengthened while local space privileged for the existence of democratic political processes and for the development of public policies that respond, fully, to the needs of citizens. In this context, it is fundamental to establish strategies that proceed to contribute with the formation of favorable political scenarios towards local development and the integral well-being of the individual. This current article, apart from discussing the themes of space and local power, reaffirming its current relevance, proposes that strategies such as Health Promotion and Family Health be implemented in the municipal, for they might present great potential for the transformation of relationships and of the constitution of local power for the benefit of the construction of healthy local spaces, democrats and citizens, humanely united and fortunate.

key words

Local space; local power; local development; family health strategy; health promotion.

"Saúde é a harmonia do ser humano com ele mesmo, com a natureza e com os outros em busca de tranqüilidade espiritual." *Ensinamento dos índios andinos*

COMPREENDENDO A LÓGICA DA GLOBALIZAÇÃO E DO ESPAÇO LOCAL

A discussão mundial, hoje, encontra-se centrada na importância do espaço global, o que não significa, conforme o economista Ladislau Dowbor, considerar a inexistência e grande relevância do espaço local uma vez que "a globalização não é geral (...). Se olharmos o nosso cotidiano, desde a casa onde moramos, a escola de nossos filhos, o médico para a família, o local de trabalho, até os hortifrutigranjeiros da nossa alimentação cotidiana, tratam-se de atividades de espaço local e não global."

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a humanidade convive com "produtos globais", como o automóvel, equipamentos de informática e outros, inseridos em uma lógica de produção econômica e social globalizada e, ao mesmo tempo, encontra-se inserida em uma outra racionalidade determinada pelo espaço local. Para Dowbor, é necessário que haja uma substituição da idéia de que "tudo se globalizou". É preciso que haja uma "melhor compreensão de como os diversos espaços do nosso desenvolvimento se articulam, cada nível apresentando seus problemas e oportunidades e a totalidade representando um sistema mais complexo".

O cenário que ora se coloca, de sociedades complexas integradas por espaços globais e locais, ao contrário do que se possa pensar, não é contraditório. A ordem de problemas hoje

postos, que vão desde a pobreza extrema de parcela significativa da população mundial até a deterioração e comprometimento do meio ambiente e da vida na Terra, impõem a lógica de que muitas das soluções devem ser iniciadas e praticadas no espaço local. As populações locais devem estar convencidas de que somente a partir de sua participação direta pode-se modificar, mesmo que gradativamente, cenários nacionais, mundiais.

Aliado a isso, tem-se o fato das mudanças frequentes ocorridas na sociedade moderna requererem

As populações locais devem estar convencidas de que somente a partir de sua participação direta pode-se modificar, mesmo que gradativamente, cenários nacionais, mundiais.

maior agilidade na condução, desenvolvimento e ajuste das políticas. As estruturas centrais de poder não conseguem mais atender a este desafio com a devida eficiência. Tratam-se de estruturas pesadas, altamente burocratizadas, que não dão conta de imprimir, através das políticas globais, respostas às exigências postas pelas situações complexas hoje vivenciadas. Assim, as estruturas de poder tendem a ser descentralizadas para os espaços locais, possibilitando o desenvolvimento de processos mais democráticos, que venham atender às necessidades sentidas pelos cidadãos.

MAS O QUE É MESMO ESPAÇO LOCAL?

Espaço local é um espaço de vida. Para Dowbor, o espaço local, no Brasil, é o município, "mas é também o bairro, o quarteirão em que vivemos". É o espaço onde as pessoas vivem, seu cotidiano, constituindo-se, dessa forma, como o espaço mais próximo do cidadão, com um grande potencial de transformação das relações sociais que nele se estabelecem.

A perspectiva é de assegurar relações sociais que proporcionem, no espaço local, o efetivo exercício da cidadania. Para isso, o espaço local deve ser um espaço favorável à implantação e ao desenvolvimento de processos democráticos, não só do ponto de vista representativo, como também, participativo e redistributivo, seja do capital econômico como do social.

... inscreve-se no espaço local o exercício da cidadania, possibilitando ao cidadão movimentar-se para ter acesso aos seus direitos básicos e fomentando processos de participação nas decisões sobre o seu desenvolvimento pessoal e do espaço onde vive.

Assim, inscreve-se no espaço local o exercício da cidadania, possibilitando ao cidadão movimentar-se para ter acesso aos seus direitos básicos e fomentando processos de participação nas decisões sobre o seu desenvolvimento pessoal e do espaço onde vive.

É importante salientar que o desenvolvimento proposto é compreendido a partir de uma visão holística e integradora, onde o homem é mais um elemento na teia da vida, constituída por vários outros elementos e sistemas vivos. Além disso, há que se ter, no conceito de desenvolvimento, a percepção ecológica que o situa como um processo que deva satisfazer as necessidades do

homem e demais seres vivos sem, contudo, comprometer os recursos ambientais.

Nesta perspectiva, processa-se uma modificação qualitativa do entendimento e construção do que venha a ser desenvolvimento, que deixa de estar centrado na lógica econômica e produtiva. As atividades econômicas deixam de ser fim e passam a ser meio. O fim, ou o objetivo central dos processos de desenvolvimento é o bem estar pleno e integral dos cidadãos. É a sua qualidade de vida no espaço que habita. É a sua felicidade. É a possibilidade de construção de espaços e entornos saudáveis, ecologicamente protegidos e preservados para as vidas futuras.

O MUNICÍPIO, O TERRITÓRIO, O BAIRRO, A COMUNIDADE, O QUARTEIRÃO: ESPAÇOS LOCAIS DE CONSTRUÇÃO DO PODER LOCAL

A Constituição Brasileira de 1988 é um marco histórico normativo dos mais significativos. A partir de sua instituição, são dadas as bases legais para se processar a reforma no Estado brasileiro. O desenho político-organizacional do Estado passa a ser orientado por princípios como a descentralização política-administrativa, a desconcentração e a municipalização de serviços básicos.

A lógica de funcionamento do Estado muda.

O município, através do governo local, fortalece-se enquanto instância de elaboração e execução de políticas públicas, incorporando, assim, competências e autoridade antes legada a administração federal ou estadual.

No processo de democratização e garantia efetiva da cidadania, o município é compreendido como o espaço local privilegiado para dar respostas institucionais às necessidades sentidas pela população. Conforme Dowbor, "80 ou 90% das ações que concernem as nossas necessidades do dia-a-dia, como a construção e gestão das escolas, a organização das redes comerciais e financeiras, a criação das infra-estruturas de saúde, a preservação do meio ambiente, as políticas culturais e tantas outras, podem ser resolvidas localmente, e não necessitam de intervenção de instâncias centrais de governo, que tendem a burocratizar o processo". Mesmo as ações que por sua amplitude extrapolam o âmbito municipal, podem ser melhor encaminhadas por uma rede de municípios regionais do que pelo governo central, afirma Dowbor.

O município reveste-se, então, de uma importância vital. Tanto por estar legitimamente e legalmente investido de competências vinculadas à vida dos cidadãos e ao desenvolvimento do espaço

em que vivem e morrem, como por caracterizar-se como local de mudança qualitativa das relações estabelecidas entre os homens e as instâncias de poder. A partir de um governo democrático, instituído no município, podem ser proporcionadas condições adequadas para a realização de uma gestão participativa, aberta e fomentadora do poder local, exercido por organizações comunitárias, sociais, políticas, entre outras.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E PLANEJAMENTO: FERRAMENTAS DE CONSTRUÇÃO DO PODER LOCAL E DE FORTALECIMENTO DA COMUNIDADE NAS RELAÇÕES DE PODER LOCAL

Satisfatoriamente, constata-se que as comunidades, mediante processos de conscientização onde os cidadãos assumem sua condição de sujeitos históricos, estão cada vez mais se articulando e intervindo na organização dos espaços em que vivem, numa demonstração clara da força que representam no contexto do poder local. A organização comunitária assume, nesse sentido, um importante papel de agente impulsionador do desenvolvimento.

O exercício do poder local torna possível ao cidadão tomar em suas mãos o destino do lugar onde vive, fortalecendo a esfera comunitária. A participação é assim, um instrumento básico do poder local, através do qual os indivíduos manifestam-se enquanto sujeitos do espaço em que vivem, planejando e decidindo.

Na configuração do poder local, entre outros, são protagonistas, por um lado, os governos municipais e, por outro, a sociedade civil, representada por diferentes formas de organização. Ambos apresentam potencial de transformação social, cabendo a cada um o desempenho de papéis específicos, mas que podem somar-se nos processos de tomada de decisão sobre a organização, o funcionamento e o desenvolvimento do espaço local.

O poder local não se constitui, nesse sentido, como sendo a expressão de forças políticas que intervêm na "cosmética urbana". "Trata-se de um eixo estratégico de transformação da forma como tomamos as decisões

A participação é assim, um instrumento básico do poder local, através do qual os indivíduos manifestam-se enquanto sujeitos do espaço em que vivem, planejando e decidindo.

que concernem o nosso desenvolvimento econômico e social", conforme assegura Ladislau Dowbor.

Identifica-se, assim, na lógica da construção e funcionamento do poder local a qualificação da participação social não apenas sobre a ótica da democracia meramente representativa mas, também, participativa e redistributiva.

Dessa forma, não se tem apenas a democratização das decisões mas, fundamentalmente, a oportunidade concreta de fazer com que estas, a partir do planejamento municipal, possam corresponder às reais necessidades da população. Isto é a alma do poder local: garantir, através da participação comunitária e de sua intervenção, seja no planejamento ou nas instâncias de poder e pactuação municipal, os caminhos para a superação dos problemas e necessidades sociais.

Além destes aspectos, ainda de acordo com Dowbor, a participação comunitária também funciona como mecanismo de regulação das diferentes políticas e atividades. As medidas que geram impacto social, necessariamente, apresentam controle social, ou seja, são reguladas e construídas por meio da participação comunitária.

Neste contexto, os conselhos municipais e locais assumem hoje um significado mais do que relevante. Além de representarem, na organização do Estado, as novas estruturas formais de poder local, oriundas dos processos de descentralização e municipalização das diferentes políticas públicas, essas instâncias, por tratarem-se de instâncias paritárias, podem também vir a ser espaços de formação de consensos e pactuação e não somente de decisão.

Na perspectiva da pactuação, as decisões não são tão somente votadas, mas compartilhadas, co-responsabilizadas entre as diferentes forças que integram os conselhos municipais e locais, potencializando, nesse sentido, a perspectiva de

construção coletiva e participativa de acordos e decisões em prol do desenvolvimento. Além disso, há que se destacar essas instâncias como espaços favoráveis ao "apoderamento" dos diferentes atores e representações sociais.

Outra ferramenta do poder local é o planejamento - já mencionado anteriormente. É importante situar que na discussão ora apresentada, o processo de planejamento, necessariamente, deve ser democrático, descentralizado, participativo e representativo das várias forças políticas que compõem o espaço local, seja ele o município, bairro, comunidade, território. Os cidadãos, exercendo sua cidadania, devem não só apresentar suas reivindicações e necessidades sentidas mas, principalmente, tomar decisões sobre como resolvê-las. Porém, o planejamento não deve restringir-se às decisões sobre como suprir necessidades. O processo de planejamento, enquanto ferramenta do poder local, deve viabilizar aos cidadãos, seja individualmente ou coletivamente, o exercício de sonhar. Acreditar que é possível construir desejos futuros sobre como deve ser o espaço onde ele vive, trabalha, ama e morre.

Isto é a alma do poder local: garantir, através da participação comunitária e de sua intervenção, seja no planejamento ou nas instâncias de poder e pactuação municipal, os caminhos para a superação dos problemas e necessidades sociais.

A SAÚDE NO ESPAÇO LOCAL TECIDA NAS RELAÇÕES DE PODER LOCAL

A saúde em seu conceito "ampliado" e "positivo" encontra-se vinculada diretamente à qualidade de vida das pessoas. Qualidade de vida que além de garantir o acesso do cidadão aos seus direitos constitucionais, possibilite a este vivenciar seu desenvolvimento integralmente - em uma visão holística e ecológica, em harmonia com a natureza. Qualidade de vida que promova o desenvolvimento equilibrado e sustentável do espaço onde vive o cidadão.

Saúde pressupõe, assim, a existência de ambientes harmônicos, saudáveis, participativos e democráticos (...) em uma expressão clara do poder local em âmbito local.

Saúde pressupõe, assim, a existência de ambientes harmônicos, saudáveis, participativos e democráticos, abertos a todas as manifestações e possibilidades de construção e contribuição das várias forças políticas e atores sociais, em uma expressão clara do poder local em âmbito local.

Nesse sentido, construir as condições necessárias para que as pessoas, nos espaços onde vivem, possam ter saúde - física, mental e espiritual - é um desafio. Desafio que deve ser assumido por todos cidadãos, movidos por uma consciência coletiva de reconhecimento do outro como um ser humano semelhante a si mesmo, tornando-se construtores da saúde de sua coletividade no espaço em que vivem.

Coloca-se, dessa forma, a relevância da apropriação, por todos os atores sociais, do conhecimento e vivência do espaço e poder local. Somar esforços para fazer acontecer a saúde implica em conhecer, intervir, relacionar-se com as representações do poder local no espaço local.

A PROMOÇÃO DA SAÚDE: DESENHANDO UMA NOVA LÓGICA DE VIDA E SAÚDE NO CONTEXTO DO PODER LOCAL

A visão de saúde, aqui desenvolvida, não tem como ser construída nos marcos teóricos que amparam a doença. Necessário se faz trilhar novos caminhos e incorporar novas estratégias. A promoção da saúde é o caminho que possibilita a construção da saúde dos cidadãos. Falar de promoção da saúde é reconhecer o protagonismo do cidadão diante da construção da sua saúde e da saúde de seu próximo. É possibilitar ao cidadão, não no sentido de concessão mas de conquista efetiva porque consciente, a apropriação de conhecimentos que garantam a si e a comunidade onde vive o aprendizado do saber cuidar-se. O aprendizado do saber construir ambientes e formas cotidianas de viver saudavelmente. É construir a autonomia cidadã, tanto do indivíduo como das organizações comunitárias.

Nesse sentido, desenvolver ações ou iniciativas locais tendo como guia a promoção da saúde, oportuniza o estabelecimento de uma nova lógica de relacionamento no contexto do poder local. Os atores sociais, integrantes ou não das diferentes organizações comunitárias, adquirem poder (conhecimento) para intervir e para desenvolver seu autocuidado, de sua coletividade e do ambiente onde vive. Assim, o exercício de convivência nas relações estabelecidas no poder local é democratizado. Os conhecimentos e os saberes são compartilhados e a construção das condições para a saúde passa a ter o caráter de responsabilidade social e não apenas governamental.

Assim, a renovação da dinâmica social no espaço local, proporcionada pela ótica da promoção da saúde, requer a revisão do papel do governo municipal, enquanto responsável direto pela elaboração e execução das políticas públicas, entre elas a do setor Saúde. Além de revisar e imprimir seu novo papel, os governos municipais precisam, também, pautar novas diretrizes governamentais, destacando-se aqui a intersetorialidade, a descentralização e a participação social.

No que concerne a Secretaria da Saúde, além de dar conta da organização dos serviços assistenciais, coloca-se a tarefa, ou melhor dizendo, o desafio de processar estratégias promocionais que orientem a execução de ações em prol da saúde e da melhoria qualitativa do local onde vivem os cidadãos.

SAÚDE DA FAMÍLIA: A ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DO ESPAÇO E DO PODER LOCAL

O Saúde da Família constitui-se como uma das principais estratégias, instituídas pelo setor Saúde, para desencadear, fomentar e contribuir, no espaço local, com o desenvolvimento de processos favoráveis à construção da saúde e de ambientes saudáveis e harmônicos, na relação homem-natureza.

A Estratégia Saúde da Família, enquanto organizadora da atenção primária, apresenta grande potencial para instituir um novo modelo de atenção à saúde, que tenha como enfoque central não mais o indivíduo, a doença, e sim, a promoção da saúde no território de sua responsabilidade. "Considerado como estratégia estruturante dos sistemas municipais de saúde, o Programa Saúde da Família (PSF) tem demonstrado potencial para provocar um importante movimento de reordenamento do modelo vigente de atenção", afirma Heloísa Machado de Sousa, Coordenadora do Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde, aos leitores da Revista Brasileira de Saúde da Família.

Nessa perspectiva, o Saúde da Família caracteriza-se como uma estratégia de fortalecimento do espaço e poder local, à medida que, expandindo sua atuação para além da doença e assistência, encontra na dinâmica do território vivo, a possibilidade de mobilização e organização de seus moradores e demais atores, de forma a exercitar com a população o poder de decisão sobre as suas necessidades concretas, com vistas a aquisição de ambientes e entornos sãos e modos de viver saudáveis.

A utilização pelas equipes de saúde da família de ferramentas como a territorialização em saúde, a adscrição das famílias sob sua responsabilidade, o cadastramento familiar, o planejamento participativo, a participação comunitária no Conselho Local de Saúde, entre outras instâncias, potencializam mudanças significativas no território e nas relações ali estabelecidas.

A Estratégia Saúde da Família, enquanto organizadora da atenção primária, apresenta grande potencial para instituir um NOVO modelo de atenção à saúde, que tenha como enfoque central não mais o indivíduo, a doença, e sim, a promoção da saúde no território de sua responsabilidade.

A partir da adscrição das famílias é estabelecido o seu vínculo com a unidade básica de saúde, o que não traduz apenas a organização do sistema mas representa uma nova lógica de relacionamento entre os serviços e os profissionais de saúde e a comunidade. A unidade está inserida no território e a população vinculada a esta unidade apropria-se dela como um espaço seu de direito. Ou seja, há uma aproximação dos serviços e profissionais com a comunidade.

Ainda nesta ótica, o fato das equipes de saúde da família trabalharem e responsabilizarem-se por um território e pela saúde das pessoas ali residentes, implica, também, no estabelecimento de vínculos. Implica na vivência de processos de reconhecimento, valorização e incorporação daquele território como espaço permeado por necessidades sociais que requerem respostas, sob pena de não viabilizar a qualidade de vida e saúde de seus moradores. Espaço que precisa ser cuidado, protegido, promovido no sentido de vir a ser saudável, solidário, fraterno e feliz.

Além disso, trabalhar no território possibilita aos profissionais de saúde da família constituírem-se como parte integrante das relações nele estabelecidas. Assim, as equipes acabam sendo uma força emergente no poder local. Como tal, apresentando um enorme potencial para estimular e fomentar novas formas de viver e ser na perspectiva da promoção da saúde.

Novas práticas e iniciativas, no enfoque da promoção da saúde, podem, portanto, ser experimentadas. Não é à toa, que a tendência mundial das sociedades é de estabelecer redes. Redes humanas construídas por pessoas que se aproximam por apresentarem problemas ou desejos comuns e, diante da apropriação da idéia de que são capazes de se apoiarem, de se auto-ajudarem ou, então, de construírem coletivamente seus sonhos, acabam por formar uma rede. Redes sociais de solidariedade que se fortalecem em meio a relações de cuidado, proteção, desenvolvimento humano, amor e felicidade. É a instalação de uma nova ordem de sentimentos e de ética.

Dessa forma, as ações cotidianas desenvolvidas pelas equipes de saúde da família podem, na perspectiva da promoção da saúde, ser impulsionadoras e promotoras de transformações das mais profundas, porque trabalham com o homem e o ambiente em sua totalidade. As ações das equipes de saúde da família saem, assim, do âmbito da prestação de serviços de saúde individualizados ou até coletivizados, caminhando para a transformação positiva do espaço e das relações desenvolvidas no território. Nesse processo, ganha corpo a participação social que, por sua vez, dá consistência ao exercício da democracia e cidadania, manifestada nas diferentes instâncias participativas e representativas.

Assim, falar ou escrever sobre as possibilidades que estão postas para fazer o Saúde da Família ir além do que é hoje, colorindo os espaços e as relações de poder local com as tintas da cidadania, do prazer de bem viver em ambientes alegres e saudáveis, não é um sonho. Ou, se assim o for, que o seja com toda a força da Saúde e

da Vida. Afinal como disse o grande pensador, Lenin, "sonhos, acredite neles".

À idéia dos sonhos é preciso acrescentar a felicidade. Não se conjuga vida, sem saúde e felicidade. Daí porque a importância da Saúde da Família, na ótica da promoção da saúde, incorporar no seu dia-a-dia o cuidado com a felicidade.

A FELICIDADE E A PROMOÇÃO DA SAÚDE

Felicidade. Segundo Dalai Lama "... a motivação da nossa vida é a felicidade". Ser feliz é um dos grandes objetivos perseguidos pelas pessoas. Para cada um, a felicidade tem um rosto, um jeito de ser e de sentir. A felicidade apresenta, portanto, uma face subjetiva.

Uma face que espelha a identidade da pessoa. Identidade construída em um lugar, em um espaço local que pode ser chamado de município, território, comunidade, bairro, quarteirão, grupo, família... A compreensão essencial é a de que as pessoas formam e vinculam sua identidade a um espaço local vivo, permeado por relações sociais, humanas, relações vivenciadas cotidianamente. Espaço local vivo porque, também, construído a partir da cultura, dos valores e das tradições de um povo, incorporados e redesenhados localmente.

É importante destacar que mesmo inscrita no campo da subjetividade, a busca ou a realização da felicidade, para Dalai Lama, não leva "ao egoísmo, ao ensimesmamento". Ao contrário, a felicidade manifesta-se positivamente nos espaços locais, gerando benefícios nas relações estabelecidas: "... à medida que começarmos a identificar os fatores que levam a uma vida feliz, estaremos aprendendo como a busca da felicidade oferece benefícios não só ao indivíduo, mas à família do indivíduo e também a sociedade como um todo."

Portanto, a felicidade, ao contrário do que muitos possam imaginar ou até pensar, é um estado de ser e estar ou até de vir a ser, por demais valioso. Pessoas felizes ou em busca de felicidade apresentam um maior potencial de exercer coletivamente o poder local em prol da construção de espaços de vida saudáveis, humanos e cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LAMA, Dalai e CUTLER, Howard C. A Arte da Felicidade: Um manual para a vida. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- DOWBOR, L. Da globalização ao Poder Local: a Nova Hierarquia dos Espaços, In: Pesquisa e Debate, PUC-SP, Vol. 7, número 1(8), 1996
- _____. O que é o Poder Local. Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Brasiliense, 1995.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Revista Brasileira de Saúde da Família, ano II, nº 04, p.66.